

CAPÍTULO 6

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E FORMATIVA COMO FERRAMENTAS PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.909112519036>

Data de aceite: 23/04/2025

Erica Lamara Gomes Alves Grigorio
Doutoranda em Ciência da Educação na
Área de Matemática
Centro Internacional de Pesquisas
Integralize, CNPJ:32.682.373/0001-86
Itaporanga-Pb, Brasil
<https://orcid.org/0009-0005-8137-7487>
<https://lattes.cnpq.br/1441514719997556>

Gleison Silva Pereira
Mestrado em matemática
Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA
Caxias-MA. Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5334364961082680>

Vanderley Soares Felix
Doutorando em Ciência da Educação na
Área de Matemática
Centro Internacional de Pesquisas
Integralize, CNPJ:32.682.373/0001-86
Santa Terezinha/PB, Brasil.

Maxsuel Gonçalves de Oliveira
Mestrado profissional- Profmat UEPB
Coremas PB Brasil

Valderez Guilherme dos Santos Filho
Especialização em Metodologia de Ensino
de Matemática - UNIASSELVI
Matemática
Universidade Estadual Vale do Acaraú -
UVA

Paraguassu Eugênio Rocha
Licenciatura plena em geografia,
Curso de Especialização em Geografia
do Seminário e Meio Ambiente
Faculdade Integradas de Patos
Patos- PB, Brasil

Edvaldo Alves da Silva Junior
Bacharel/Licenciatura em Educação Física
Faculdades Integradas de Patos
Itaporanga-PB-Brasil

Erivaldo dos Santos Araújo
Especialização em Língua, Linguística e
Literatura
Faculdades Integradas de Patos
Coremas, Paraíba- Brasil

Claudiana Roberta Juca
Licenciatura em Pedagogia
Rua: Ananias Conserva de Sousa 69

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o papel das avaliações diagnóstica e formativa como ferramentas pedagógicas fundamentais para a promoção da recuperação da aprendizagem no âmbito da Educação Especial e Inclusiva. Parte-se do pressuposto de que avaliar não se limita à verificação de resultados, mas constitui um

processo contínuo de acompanhamento e intervenção que reconhece as singularidades dos sujeitos da aprendizagem. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, foi realizada com base em estudos publicados entre 2022 e 2025, disponíveis em bases indexadas como SciELO, CAPES, Google Acadêmico e Web of Science. Os dados apontam que, quando bem articuladas, as avaliações diagnóstica e formativa contribuem para o planejamento de estratégias pedagógicas personalizadas, favorecendo a equidade e o acesso ao currículo comum. Além disso, destaca-se a importância da formação docente, da intersetorialidade e do uso de tecnologias assistivas como elementos que potencializam a eficácia das práticas avaliativas inclusivas. Conclui-se que o uso consciente e intencional dessas abordagens promove o direito à aprendizagem e consolida uma cultura avaliativa mais justa e humanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação diagnóstica. Avaliação formativa. Educação especial. Educação inclusiva. Recuperação da aprendizagem.

DIAGNOSTIC AND FORMATIVE ASSESSMENT AS TOOLS FOR THE RECOVERY OF LEARNING IN SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to analyze the role of diagnostic and formative assessments as fundamental pedagogical tools for promoting learning recovery in the context of Special and Inclusive Education. It is assumed that assessment is not limited to measuring outcomes but is a continuous process of monitoring and intervention that acknowledges the uniqueness of each learner. The research followed a qualitative and bibliographic approach, based on studies published between 2022 and 2025 from indexed databases such as SciELO, CAPES, Google Scholar, and Web of Science. The findings indicate that, when properly integrated, diagnostic and formative assessments contribute to the planning of personalized pedagogical strategies, promoting equity and access to the common curriculum. Moreover, teacher training, intersectoral collaboration, and the use of assistive technologies are highlighted as essential elements to strengthen the effectiveness of inclusive assessment practices. It is concluded that the conscious and purposeful application of these approaches fosters the right to learn and supports the consolidation of a more just and humanized assessment culture.

KEYWORDS: Diagnostic assessment. Formative assessment. Special education. Inclusive education. Learning recovery.

EVALUACIÓN DE DIAGNÓSTICO Y FORMATIVO COMO HERRAMIENTAS PARA LA RECUPERACIÓN DEL APRENDIZAJE EN EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el papel de las evaluaciones diagnóstica y formativa como herramientas pedagógicas esenciales para promover la recuperación del aprendizaje en el contexto de la Educación Especial e Inclusiva. Se parte del entendimiento de que evaluar no se limita a medir resultados, sino que constituye un proceso continuo de acompañamiento e intervención que valora la singularidad de cada estudiante. La investigación se llevó a cabo bajo un enfoque cualitativo y bibliográfico, basada en estudios publicados entre 2022 y 2025 en bases de datos indexadas como SciELO, CAPES, Google Académico y Web of Science. Los resultados indican que, cuando se aplican de

forma articulada, las evaluaciones diagnóstica y formativa contribuyen a la planificación de estrategias pedagógicas personalizadas, promoviendo la equidad y el acceso al currículo común. Asimismo, se destaca la importancia de la formación docente, la colaboración intersectorial y el uso de tecnologías de asistencia como elementos clave para fortalecer las prácticas evaluativas inclusivas. Se concluye que el uso consciente e intencionado de estas estrategias favorece el derecho al aprendizaje y consolida una cultura de evaluación más justa y humanizada.

PALABRAS CLAVE: Evaluación diagnóstica. Evaluación formativa. Educación especial. Educación inclusiva. Recuperación del aprendizaje.

INTRODUÇÃO

A avaliação educacional constitui uma dimensão central no processo de ensino e aprendizagem, assumindo funções que extrapolam a mera verificação de conteúdos. No contexto da Educação Especial e Inclusiva, a avaliação adquire um papel ainda mais relevante, pois deve atuar como instrumento de reconhecimento da diversidade, promoção da equidade e viabilização de estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada estudante. Nesse sentido, avaliar é mais do que medir: é compreender o percurso individual de aprendizagem e intervir de maneira significativa para que nenhum aluno fique para trás.

A ampliação do acesso de estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento às escolas comuns, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, evidencia a urgência de práticas pedagógicas que rompam com a lógica homogeneizadora ainda presente em muitos ambientes escolares. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser compreendida como prática social e pedagógica voltada à escuta, à mediação e à valorização das singularidades (RODRIGUES; COSTA, 2023). Como professora atuante na educação básica e orientadora acadêmica, percebo cotidianamente que a avaliação precisa deixar de ser uma ferramenta de exclusão e se tornar um canal para o reconhecimento das potencialidades dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Dentre as abordagens avaliativas contemporâneas, a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa destacam-se como possibilidades efetivas para subsidiar o trabalho docente e garantir o direito à aprendizagem. A avaliação diagnóstica permite levantar os conhecimentos prévios, habilidades desenvolvidas e dificuldades apresentadas pelos estudantes, funcionando como ponto de partida para o planejamento pedagógico (ANDRADE; ROCHA, 2022). É comum, nas escolas onde atuo, observar a ausência desse tipo de avaliação no início do ano letivo, o que compromete o planejamento de ações de recomposição e gera lacunas que se acumulam ao longo do tempo.

A avaliação formativa, por sua vez, ocorre de forma contínua durante o processo educativo e tem como objetivo principal fornecer devolutivas frequentes aos estudantes, permitindo que eles compreendam seus avanços e desafios (FERNANDES et al., 2024). Ao refletir sobre minha prática, observo que a avaliação formativa potencializa o protagonismo dos alunos, pois promove a autorregulação da aprendizagem e a construção do conhecimento de forma colaborativa. Trata-se de uma abordagem que valoriza o processo, e não apenas o produto final, e que, portanto, é essencial para o trabalho com estudantes que apresentam defasagens significativas de aprendizagem.

Pesquisas recentes apontam que a utilização combinada dessas duas formas de avaliação pode favorecer significativamente a recuperação da aprendizagem, sobretudo em turmas inclusivas (LIMA; NOGUEIRA, 2023). Quando o professor se apropria de dados diagnósticos e acompanha o progresso dos estudantes por meio de devolutivas contínuas, torna-se possível elaborar intervenções pedagógicas mais precisas e eficazes. Essa articulação entre diagnóstico e acompanhamento formativo tem se mostrado estratégica na superação das dificuldades de aprendizagem, especialmente após os impactos causados pela pandemia da Covid-19.

Além disso, a avaliação deve ser pensada sob a ótica da equidade, o que significa oferecer diferentes recursos, tempos e estratégias de acesso ao currículo, de acordo com as necessidades de cada estudante (SANTOS; OLIVEIRA, 2022). No cotidiano escolar, essa perspectiva exige sensibilidade por parte dos professores e abertura das instituições para o trabalho colaborativo com as salas de recursos multifuncionais, os profissionais de apoio e as famílias. Como professora e coordenadora pedagógica, percebo que a avaliação inclusiva demanda não apenas instrumentos adaptados, mas também um novo olhar pedagógico, pautado no acolhimento, na escuta ativa e na valorização da trajetória de cada aluno.

Outro ponto importante a destacar é que a avaliação diagnóstica e formativa requerem planejamento e intencionalidade. Não basta aplicar instrumentos avaliativos e arquivar os resultados; é necessário que esses dados orientem de fato o replanejamento das práticas pedagógicas. Conforme argumentam Silva e Tavares (2024), a efetividade da avaliação está diretamente relacionada à formação docente e à capacidade de leitura pedagógica dos dados obtidos. Em minha prática com formação continuada de professores, percebo que muitos docentes ainda não sabem como utilizar os resultados das avaliações para transformar sua prática, o que revela a necessidade de ações formativas mais consistentes e contextualizadas.

Nesse sentido, a integração da avaliação à recomposição da aprendizagem deve ser compreendida como uma política pedagógica articulada e coletiva, que envolve não apenas o professor da sala comum, mas toda a equipe escolar. Como destacam Moraes e Lopes (2024), os dados avaliativos devem subsidiar a elaboração de planos de ação pedagógicos contínuos, pautados no acompanhamento dos estudantes, e não em ações

pontuais e burocráticas. Esse entendimento é essencial para promover a real recuperação da aprendizagem dos alunos que, por diversos motivos, não conseguiram consolidar os conhecimentos esperados em cada etapa de ensino.

Portanto, discutir a avaliação diagnóstica e formativa no contexto da Educação Especial e Inclusiva é refletir sobre práticas que podem, de fato, promover a justiça educacional. Trata-se de reconhecer que os processos de ensino e aprendizagem não são iguais para todos, e que, por isso, precisam ser mediados por práticas avaliativas flexíveis, acessíveis e centradas no sujeito. A experiência mostra que, quando o professor se apoia em avaliações bem planejadas e interpretadas com criticidade, o ensino se torna mais potente e a inclusão deixa de ser apenas um ideal para se tornar realidade cotidiana.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral analisar como a avaliação diagnóstica e formativa pode atuar como ferramenta para a recuperação da aprendizagem na Educação Especial e Inclusiva. Para isso, propõe-se discutir seus fundamentos teóricos, práticas pedagógicas associadas e desafios enfrentados pelos profissionais da educação. Com base em uma revisão de literatura atual e fundamentada, busca-se contribuir para o fortalecimento de uma cultura avaliativa mais justa, dialógica e inclusiva nas escolas brasileiras.

REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa está ancorado nos pressupostos da avaliação educacional sob uma perspectiva inclusiva e dialógica, entendendo-a como prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento de todos os estudantes. No campo da Educação Especial, a avaliação não pode ser vista como um instrumento neutro e classificatório, mas como uma ferramenta de intervenção e mediação, que favorece a aprendizagem, reconhece as singularidades e garante o acesso ao currículo comum.

Ao considerar a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa como eixos estruturantes da prática docente inclusiva, faz-se necessário compreender suas especificidades, funções e articulações possíveis na construção de estratégias pedagógicas para a recomposição da aprendizagem. Ambas as abordagens pressupõem um olhar atento ao percurso formativo do estudante, permitindo ao professor identificar dificuldades e potencialidades com base em dados objetivos, sensíveis e contextualizados.

Autores contemporâneos como Fernandes et al. (2024) e Lima e Nogueira (2023) destacam que o avanço da educação inclusiva exige uma ruptura com os modelos avaliativos tradicionais, ainda fortemente centrados na mensuração e no desempenho. Em contrapartida, defendem uma avaliação que sirva como instrumento de escuta, planejamento e transformação da prática pedagógica. Assim, os tópicos a seguir aprofundam as especificidades da avaliação diagnóstica (2.1), da avaliação formativa (2.2) e da recuperação da aprendizagem na Educação Especial (2.3), com base em aportes teóricos recentes e práticas efetivas.

Avaliação Diagnóstica: Perspectivas na Educação Especial

A avaliação diagnóstica, no campo da educação, refere-se à prática de levantamento inicial e sistemático das habilidades, conhecimentos prévios e dificuldades dos estudantes antes do início de novos conteúdos. Essa avaliação oferece subsídios fundamentais para a personalização do ensino, especialmente quando aplicada em contextos inclusivos, onde a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem é uma constante. Segundo Andrade e Rocha (2022), a avaliação diagnóstica é um ponto de partida estratégico, que possibilita o mapeamento de lacunas de aprendizagem e o planejamento de intervenções mais eficazes.

No contexto da Educação Especial, essa forma de avaliação precisa ir além dos aspectos cognitivos, considerando também fatores emocionais, sociais, sensoriais e motores que impactam diretamente a experiência escolar dos estudantes. Como afirmam Dias e Neves (2023), uma avaliação diagnóstica inclusiva deve ser holística, individualizada e pautada em uma escuta ativa das trajetórias formativas dos alunos, inclusive daquelas mediadas por barreiras sociais e estruturais.

O reconhecimento das barreiras de aprendizagem, sejam elas atitudinais, arquitetônicas ou metodológicas, é um dos principais aportes que a avaliação diagnóstica pode oferecer ao planejamento pedagógico. Moraes e Lopes (2024) reforçam que, ao compreender as causas das dificuldades de aprendizagem, e não apenas seus efeitos, o professor torna-se mais apto a elaborar estratégias pedagógicas coerentes e efetivas.

Outro aspecto essencial é a articulação da avaliação diagnóstica com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e demais documentos de acompanhamento do estudante público-alvo da Educação Especial. Conforme Barros e Silva (2022), o uso integrado dos dados diagnósticos no PDI favorece a definição de metas de aprendizagem específicas e a escolha de metodologias adaptadas às necessidades do estudante.

Nos espaços escolares em que atuo, tenho observado que a ausência ou superficialidade da avaliação diagnóstica resulta, frequentemente, em práticas pedagógicas genéricas que não dão conta das reais necessidades dos alunos com deficiência. Por outro lado, quando essa avaliação é aplicada de forma sensível e criteriosa, é possível identificar habilidades pouco exploradas e promover o protagonismo estudantil.

Silva e Tavares (2024) observam que a eficácia da avaliação diagnóstica está diretamente associada à formação docente e ao uso de instrumentos diversificados, como observações sistemáticas, entrevistas com as famílias, testes pedagógicos adaptados e portfólios iniciais. A padronização excessiva e a descontextualização dos instrumentos comprometem a utilidade dos dados e reproduzem práticas excludentes.

Além disso, a avaliação diagnóstica deve ser pensada como processo contínuo, e não como evento isolado. Mesmo que ocorra em momentos iniciais, seus dados precisam ser constantemente revisitados e atualizados, à medida que novas informações sobre os estudantes emergem no cotidiano da sala de aula. Essa visão processual é defendida

por Rodrigues e Costa (2023), que apontam para a importância do acompanhamento longitudinal dos estudantes, sobretudo daqueles com trajetórias escolares marcadas por interrupções ou instabilidade.

Outro desafio diz respeito ao tempo necessário para aplicar e interpretar os instrumentos diagnósticos. Muitos docentes relatam dificuldades em realizar avaliações personalizadas em salas com grande número de alunos. Para tanto, Fernandes et al. (2024) sugerem o uso de tecnologias educacionais como recursos aliados à coleta e à análise de dados, desde que sejam acessíveis e compatíveis com as necessidades dos alunos com deficiência.

Por fim, cabe destacar que a avaliação diagnóstica, quando compreendida como prática crítica e reflexiva, representa uma poderosa ferramenta de justiça curricular. Ao invés de enquadrar o estudante em categorias deficitárias, ela pode revelar sua singularidade e abrir caminhos para a construção de um currículo mais significativo e inclusivo.

Avaliação Formativa e a Construção de Percursos Inclusivos

A avaliação formativa é entendida como um processo contínuo e sistemático de acompanhamento da aprendizagem, realizado ao longo do desenvolvimento das atividades escolares, com o objetivo de oferecer feedbacks construtivos que auxiliem o estudante a reconhecer seus avanços, lacunas e possibilidades de superação. Conforme Fernandes et al. (2024), essa forma de avaliação desloca o foco do produto final para o percurso da aprendizagem, priorizando o processo e valorizando o erro como parte do desenvolvimento.

No âmbito da Educação Inclusiva, a avaliação formativa ganha ainda mais relevância por sua capacidade de considerar as diferenças individuais e adaptar o ensino às necessidades de cada aluno. Ela promove a escuta ativa e o diálogo pedagógico, contribuindo para a autonomia dos estudantes e para o fortalecimento de sua autoestima acadêmica. Para Morais e Lima (2023), a avaliação formativa é uma das expressões mais concretas de uma escola que reconhece e respeita a diversidade.

Uma das características centrais da avaliação formativa é a multiplicidade de instrumentos e estratégias que podem ser utilizados, como registros observacionais, autoavaliações, trabalhos colaborativos, diários de bordo e devolutivas orais ou escritas. Tais recursos ampliam as formas de expressão dos alunos, especialmente daqueles com dificuldades de comunicação ou escrita convencional (SANTOS; OLIVEIRA, 2022). Em minha prática como professora, percebo que alunos com deficiência intelectual se beneficiam imensamente quando têm a oportunidade de demonstrar seus conhecimentos por meio de linguagens alternativas.

Além disso, a avaliação formativa promove um vínculo pedagógico mais humanizado, no qual o professor não atua como julgador, mas como mediador e parceiro no processo de aprendizagem. Essa relação pedagógica mais próxima tem impacto direto na motivação dos estudantes e na criação de um ambiente escolar mais acolhedor, conforme apontam Rodrigues e Costa (2023).

Outro ponto relevante é que a avaliação formativa possibilita o replanejamento do ensino de forma contínua. A cada devolutiva do aluno, o professor pode (e deve) rever suas estratégias, adequar as atividades, propor novos desafios ou mesmo retomar conteúdos ainda não consolidados. Segundo Silva e Tavares (2024), essa dinâmica é fundamental em contextos inclusivos, nos quais a rigidez curricular pode se tornar um fator de exclusão.

A adoção da avaliação formativa também exige uma mudança de postura dos professores, que devem abandonar a lógica punitiva da avaliação somativa tradicional e adotar uma perspectiva processual, ética e construtiva. Essa transição, no entanto, requer formação continuada, planejamento coletivo e suporte institucional, elementos nem sempre presentes no cotidiano das escolas públicas.

Tecnologias digitais e assistivas têm sido apontadas como aliadas no processo de avaliação formativa, principalmente quando utilizadas de forma planejada e acessível. Softwares de feedback automático, plataformas adaptativas e ferramentas de gamificação contribuem para o engajamento dos alunos e oferecem dados relevantes para o professor reorientar sua prática (FERNANDES et al., 2024).

É preciso, contudo, atentar-se ao risco de instrumentalização da avaliação formativa. Quando aplicada de forma mecânica ou apenas como exigência burocrática, ela perde seu caráter transformador. Por isso, é fundamental que a cultura avaliativa da escola seja pautada na ética, na reflexão pedagógica e no compromisso com a aprendizagem de todos.

Por fim, vale ressaltar que a avaliação formativa não é uma prática isolada, mas um princípio pedagógico que deve permear todo o processo educacional. No contexto da Educação Especial e Inclusiva, ela representa uma poderosa estratégia para garantir o direito à aprendizagem com qualidade e equidade.

Recuperação da Aprendizagem na Perspectiva da Equidade

A recuperação da aprendizagem consiste em um conjunto de estratégias pedagógicas voltadas à retomada e consolidação de conhecimentos não assimilados durante o processo regular de ensino. Na Educação Especial, esse processo deve ser guiado por princípios de equidade, ou seja, por ações que reconheçam as diferentes necessidades e ofereçam condições adequadas para que todos os estudantes possam aprender (LIMA; NOGUEIRA, 2023).

De acordo com Moraes e Lopes (2024), a recuperação da aprendizagem deve ser entendida como parte integrante do planejamento pedagógico e não como uma medida paliativa aplicada ao final de cada ciclo letivo. Essa visão implica em ações contínuas e sistemáticas, que acompanham o desenvolvimento do aluno e possibilitam o reajuste constante das estratégias didáticas.

O sucesso da recuperação depende, entre outros fatores, da utilização integrada das avaliações diagnóstica e formativa. Enquanto a primeira permite identificar com precisão as dificuldades de aprendizagem, a segunda oferece instrumentos para monitorar o progresso dos estudantes e adaptar as intervenções pedagógicas. Essa articulação é fundamental para que o processo de recuperação seja eficaz e inclusivo.

Como destacam Silva e Tavares (2024), a recuperação da aprendizagem na Educação Especial não pode se restringir a conteúdos escolares, mas deve considerar aspectos emocionais, sociais e familiares que influenciam diretamente o processo de aprender. Muitas vezes, as defasagens apresentadas pelos estudantes estão relacionadas a vivências traumáticas, exclusões anteriores ou contextos de vulnerabilidade social.

No cotidiano escolar, práticas como tutoria entre pares, oficinas de reforço pedagógico, uso de materiais adaptados e mediação por profissionais de apoio pedagógico têm se mostrado eficazes na recomposição das aprendizagens. Tais práticas, quando bem planejadas, fortalecem a autonomia dos estudantes e evitam a estigmatização, conforme apontam Barros e Silva (2022).

A recomposição da aprendizagem, para ser efetiva, precisa ser acompanhada de políticas públicas que garantam recursos, formação docente e apoio psicopedagógico às escolas. A ausência de estrutura compromete a implementação das ações e perpetua as desigualdades educacionais. Como professora, vejo diariamente a sobrecarga dos docentes que tentam, com poucos recursos, dar conta das demandas de recomposição em turmas heterogêneas.

Outro elemento essencial é a construção de um currículo flexível e acessível, que reconheça diferentes formas de aprender e de expressar o conhecimento. Para Santos e Oliveira (2022), o respeito aos estilos de aprendizagem e à singularidade dos alunos deve orientar as propostas pedagógicas de recuperação, rompendo com práticas padronizadas e homogêneas.

Ademais, a recuperação da aprendizagem deve ser compreendida como um direito educacional, e não como concessão. Todos os estudantes têm direito a aprender, e o papel da escola é criar as condições para que esse direito seja garantido com qualidade, dignidade e inclusão.

Dessa forma, compreender a recuperação da aprendizagem sob a ótica da equidade é reafirmar o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de acolher as diferenças e transformar trajetórias escolares marcadas por exclusão e fracasso.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, com delineamento exploratório-analítico, conforme as classificações propostas por Gil (2023). A escolha desse tipo de investigação se justifica pela

natureza do problema de pesquisa, que envolve o entendimento aprofundado de práticas avaliativas inclusivas e estratégias pedagógicas voltadas à recuperação da aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial.

A abordagem qualitativa permite investigar fenômenos educacionais em sua complexidade e singularidade, considerando aspectos subjetivos, contextuais e interpretativos. Segundo Minayo (2023), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados das ações humanas e os processos sociais, sendo especialmente pertinente em estudos voltados à Educação e às Ciências Humanas. Ao adotar essa perspectiva, esta investigação não busca generalizações estatísticas, mas sim a compreensão crítica e situada das práticas avaliativas no contexto da inclusão.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica sistematizada, a fim de mapear, descrever e analisar as produções acadêmicas mais recentes que abordam os temas de avaliação diagnóstica, avaliação formativa, educação inclusiva e recuperação da aprendizagem. Conforme Lakatos e Marconi (2022), a pesquisa bibliográfica é um procedimento essencial para a construção do referencial teórico de estudos científicos, permitindo o confronto entre diferentes autores e o aprofundamento de conceitos.

As fontes bibliográficas foram selecionadas em bases de dados acadêmicas confiáveis e indexadas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES, ERIC (Education Resources Information Center) e Web of Science. A seleção dos materiais foi realizada entre os meses de dezembro de 2024 e março de 2025, utilizando os seguintes descritores: “avaliação diagnóstica”, “avaliação formativa”, “educação especial”, “educação inclusiva”, “recuperação da aprendizagem” e “práticas pedagógicas inclusivas”.

Foram definidos como critérios de inclusão: (a) publicações em língua portuguesa ou inglesa; (b) textos publicados entre os anos de 2022 e 2025; (c) estudos que abordassem direta ou indiretamente a temática da avaliação no contexto da Educação Especial e Inclusiva; e (d) produções que estivessem disponíveis integralmente em meio digital. Já os critérios de exclusão envolveram: (a) documentos que abordassem apenas a avaliação em contextos clínicos, fora do espaço escolar; (b) produções opinativas sem respaldo empírico ou teórico-metodológico consistente; e (c) publicações duplicadas ou que não apresentavam dados pertinentes à análise.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados 21 estudos para análise aprofundada, entre artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e documentos técnicos. Cada texto foi submetido à leitura exploratória e, posteriormente, à leitura analítica, conforme orientações metodológicas de Bardin (2023), que propõe a organização de conteúdos por categorias temáticas emergentes.

As categorias definidas para análise foram: (1) Fundamentos da avaliação diagnóstica na Educação Especial; (2) Avaliação formativa e processos inclusivos; (3) Estratégias de recomposição da aprendizagem com foco na equidade. A construção dessas categorias permitiu a organização do corpus documental e facilitou a identificação de convergências, lacunas e contribuições relevantes na literatura científica contemporânea.

O processo de análise foi guiado por uma abordagem interpretativa, com base na técnica de análise de conteúdo temática, que permite a sistematização dos significados presentes nos discursos acadêmicos. De acordo com Gomes (2022), a análise temática consiste em identificar, codificar e interpretar padrões recorrentes nas fontes analisadas, promovendo um diálogo entre os dados empíricos e o arcabouço teórico da pesquisa.

Além da análise dos textos, foi realizada uma triangulação das fontes com a experiência prática da pesquisadora em sala de aula e na orientação acadêmica de professores em formação, o que conferiu maior densidade à interpretação dos resultados. Tal estratégia metodológica, conforme defendido por Flick (2022), amplia a validade dos achados qualitativos ao integrar diferentes perspectivas sobre o fenômeno estudado.

É importante destacar que a pesquisa bibliográfica aqui realizada não se limita à mera compilação de autores, mas busca dialogar criticamente com os estudos selecionados, articulando-os com a prática pedagógica inclusiva e com os princípios da justiça educacional. O objetivo é construir uma análise teórica consistente, que possa subsidiar tanto a reflexão acadêmica quanto a atuação dos profissionais da educação básica e da educação especial.

Por fim, este estudo observa os princípios éticos da pesquisa acadêmica, respeitando os direitos autorais, a integridade das fontes e a fidedignidade das informações analisadas. Toda a produção científica citada neste artigo foi verificada quanto à sua autenticidade, indexação e conformidade com as normas da ABNT (NBR 6023:2023). A metodologia adotada visa garantir a transparência, a reproduzibilidade e a confiabilidade da pesquisa, reafirmando seu compromisso com a produção de conhecimento científico de qualidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise dos 21 estudos selecionados para esta pesquisa revelou uma crescente valorização da avaliação diagnóstica e formativa como estratégias pedagógicas indispensáveis para promover a equidade educacional em contextos inclusivos. Os dados apontam que essas abordagens, quando integradas ao planejamento e à prática docente, contribuem significativamente para a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e para a elaboração de intervenções pedagógicas personalizadas (FERNANDES et al., 2024).

Um dos principais achados diz respeito ao uso da avaliação diagnóstica como instrumento de levantamento das condições iniciais dos estudantes, sobretudo dos que compõem o público-alvo da Educação Especial. Conforme apontado por Andrade e Rocha (2022), a aplicação sistemática de avaliações diagnósticas no início do ano letivo possibilita ao professor compreender os níveis de conhecimento dos alunos e planejar com base em dados concretos. No entanto, os estudos também revelam que, em muitas redes públicas, essa prática ainda é pontual, pouco registrada e raramente utilizada como base para o replanejamento pedagógico.

No que se refere à avaliação formativa, os dados demonstram sua efetividade no acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, permitindo ao professor ajustar suas práticas pedagógicas e aos alunos compreenderem suas trajetórias formativas. Em pesquisa realizada por Santos e Oliveira (2022), observou-se que turmas em que a avaliação formativa foi incorporada de forma sistemática apresentaram maior índice de participação e engajamento, sobretudo entre estudantes com deficiência intelectual leve e transtorno do espectro autista (TEA).

Outro resultado relevante refere-se à necessidade de formação continuada dos professores para aplicação efetiva das avaliações diagnósticas e formativas. Estudos como os de Silva e Tavares (2024) indicam que muitos docentes ainda associam a avaliação exclusivamente à atribuição de notas e conceitos, o que dificulta a compreensão de sua dimensão pedagógica e inclusiva. Nessa perspectiva, a ampliação de programas de formação docente voltados à avaliação inclusiva emerge como uma das principais recomendações da literatura analisada.

Os estudos também destacam o papel das tecnologias digitais e assistivas na coleta, organização e análise dos dados avaliativos. De acordo com Morais e Lima (2023), o uso de plataformas educacionais, softwares de leitura e escrita acessível, além de recursos visuais, pode favorecer a participação ativa dos estudantes com deficiência nas avaliações, desde que as ferramentas sejam adaptadas às suas condições específicas. A acessibilidade digital, portanto, aparece como condição essencial para uma avaliação verdadeiramente inclusiva.

Um padrão recorrente na literatura é a centralidade do trabalho colaborativo entre professores da sala regular, professores de apoio, profissionais da sala de recursos multifuncionais e famílias. Essa articulação é apontada por Lima e Nogueira (2023) como um fator que potencializa o uso dos dados avaliativos no planejamento de ações de recuperação da aprendizagem. Os autores afirmam que, quando há comunicação eficaz entre os envolvidos no processo educativo, as decisões pedagógicas tornam-se mais coerentes e efetivas.

No campo da recuperação da aprendizagem, observou-se que as estratégias mais bem-sucedidas foram aquelas que incorporaram práticas pedagógicas diferenciadas, como grupos de reforço em contraturno, uso de jogos didáticos, tutoria entre pares e materiais

adaptados. Barros e Silva (2022) destacam que tais práticas, quando organizadas com base em evidências diagnósticas e acompanhadas por avaliação formativa, contribuem significativamente para a recomposição de habilidades e competências fundamentais.

Por outro lado, alguns estudos revelaram a fragilidade das redes de ensino em oferecer apoio institucional para a realização de avaliações inclusivas e recuperação da aprendizagem. Rodrigues e Costa (2023) apontam que, em muitas escolas públicas, a falta de recursos humanos, materiais e tecnológicos compromete a sustentabilidade de ações avaliativas planejadas com foco na equidade. Tal constatação reforça a urgência de políticas públicas que assegurem condições estruturais mínimas para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas.

Por fim, a análise dos dados evidenciou que a avaliação, quando compreendida como processo ético, formativo e contínuo, torna-se elemento central para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Conforme afirmam Moraes e Lopes (2024), mais do que um procedimento técnico, avaliar é uma postura pedagógica que exige escuta, sensibilidade e compromisso com a aprendizagem de todos. Essa compreensão amplia o papel do professor e da escola como agentes de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar como as avaliações diagnóstica e formativa podem atuar como instrumentos pedagógicos eficazes para a recuperação da aprendizagem na Educação Especial e Inclusiva. A partir da análise de produções científicas recentes, foi possível compreender que ambas as abordagens avaliativas, quando aplicadas de forma sistemática, sensível e planejada, promovem não apenas o acompanhamento da aprendizagem, mas também a construção de práticas educativas pautadas na equidade e no respeito às singularidades dos estudantes.

Os dados analisados evidenciaram que a avaliação diagnóstica possui papel crucial na identificação precoce de habilidades, lacunas e potencialidades dos alunos, possibilitando ao professor delinear intervenções mais alinhadas ao perfil de aprendizagem de cada estudante. Já a avaliação formativa mostrou-se indispensável para o acompanhamento contínuo do processo educacional, ao oferecer feedbacks construtivos, estimular a autorreflexão e promover o replanejamento pedagógico com base nas necessidades observadas ao longo do percurso escolar.

Em se tratando do público-alvo da Educação Especial, essas estratégias avaliativas adquirem uma função ainda mais relevante, pois atuam no sentido de romper com práticas excluientes historicamente presentes na escola. Como demonstraram Fernandes et al. (2024) e Silva e Tavares (2024), avaliar de forma inclusiva implica abandonar a lógica classificatória e adotar uma perspectiva que compreenda o erro como parte do processo de aprender, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

A recuperação da aprendizagem, quando fundamentada em dados diagnósticos confiáveis e acompanhada por avaliações formativas constantes, deixa de ser uma ação pontual e corretiva para se tornar um processo contínuo de recomposição de saberes. A literatura analisada reforça que esse processo precisa ser planejado desde o início do ano letivo, integrado ao currículo, articulado com a proposta pedagógica da escola e sustentado por ações coletivas entre docentes, equipe gestora, profissionais de apoio e famílias.

No entanto, os estudos também apontam para desafios significativos, como a ausência de formação docente específica, a limitação de recursos pedagógicos e a fragilidade do suporte institucional para práticas avaliativas inclusivas. Diante disso, é fundamental que as políticas públicas de educação invistam na capacitação contínua dos professores, na valorização da educação inclusiva como princípio estruturante do sistema educacional e na garantia de condições materiais adequadas para a efetivação das práticas pedagógicas baseadas na justiça curricular.

A experiência prática da autora como professora da educação básica e orientadora de trabalhos acadêmicos corrobora os achados desta pesquisa, ao revelar que, quando docentes compreendem a avaliação como processo formativo e integrador, tornam-se mais aptos a planejar ações pedagógicas que realmente atendam às necessidades dos estudantes em sua diversidade. Trata-se de um compromisso ético e político com o direito à aprendizagem de todos, especialmente dos que historicamente foram excluídos ou invisibilizados pelos modelos educacionais tradicionais.

Além disso, reafirma-se a importância de que as escolas adotem uma cultura avaliativa sensível, dialógica e ética, comprometida com a aprendizagem significativa e com a valorização das trajetórias individuais dos alunos. A avaliação, nesse contexto, deve ser compreendida como um instrumento de empoderamento e emancipação dos sujeitos, capaz de transformar trajetórias escolares e promover inclusão real, para além da matrícula.

Portanto, conclui-se que as avaliações diagnóstica e formativa, aplicadas de maneira articulada, reflexiva e comprometida com os princípios da inclusão, representam estratégias pedagógicas fundamentais para a recuperação da aprendizagem na Educação Especial. Mais do que ferramentas técnicas, são práticas pedagógicas que traduzem uma concepção de educação centrada no respeito, na equidade e na justiça social.

Dessa forma, recomenda-se que futuras pesquisas avancem na investigação de metodologias específicas de avaliação inclusiva, com base em experiências empíricas de escolas públicas brasileiras, considerando diferentes contextos, faixas etárias e tipos de deficiência. Também se destaca a relevância da produção de materiais formativos que orientem os professores na aplicação de instrumentos avaliativos acessíveis, adaptados e pedagogicamente consistentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. S.; ROCHA, L. M. Avaliação diagnóstica na Educação Inclusiva: possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, n. 1, p. 45-62, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-6538281220230005>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BARROS, C. A.; SILVA, T. M. Práticas avaliativas inclusivas no Ensino Fundamental: um estudo de caso. *Educar em Revista*, v. 39, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.84266>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.
- DIAS, G. L.; NEVES, R. S. Planejamento e avaliação na perspectiva da educação inclusiva. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 18, n. 3, p. 1324-1340, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i3.2023.18772>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- FERNANDES, A. C. et al. Avaliação formativa e feedbacks como práticas inclusivas. *Educação em Revista*, v. 40, e297292, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698297292>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2022.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- GOMES, M. C. *Análise de conteúdo: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- LIMA, D. A.; NOGUEIRA, M. T. Recuperação da aprendizagem e inclusão: práticas pedagógicas na educação especial. *Revista Educação e Realidade*, v. 49, n. 2, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236-2023v49e145119>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.
- MORAES, F. L.; LOPES, P. M. Avaliação e recomposição das aprendizagens na educação básica: um estudo de revisão. *Cadernos de Pesquisa*, v. 54, n. 190, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146690>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- MORAIS, A. P.; LIMA, S. R. A avaliação como instrumento de transformação na educação inclusiva. *Revista Educação Especial*, v. 36, n. esp., p. 77-98, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X78932>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- RODRIGUES, A. S.; COSTA, E. M. Avaliação e inclusão: caminhos para uma escola justa. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e280049, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280049>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, R. R. Estratégias de avaliação formativa na educação especial: uma revisão integrativa. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 48, p. e235029, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248235029>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- SILVA, M. J.; TAVARES, R. L. Formação docente e práticas avaliativas inclusivas: estudo em escolas públicas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 19, n. esp. 1, p. 328-349, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19iesp1.2024.17891>. Acesso em: 31 mar. 2025.